

Congressistas propõem moratória condicionada a reserva cambial

BRASÍLIA — Suspender o pagamento da dívida externa até que as reservas cambiais atinjam US\$ 20 bilhões, ou 1/2 do PIB (Produto Interno Bruto), é a primeira proposta do relatório final apresentado ontem à Comissão Mista do Congresso Nacional, que realizou uma análise do endividamento externo brasileiro. O relatório será apreciado na comissão ainda esta semana, permitindo que deputados e senadores votem um projeto de lei que contenha essas determinações.

O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), relator da comissão mista, recomenda ainda que as negociações com os credores sejam retomadas, pelo próximo governo, somente após as reservas chegarem a este "nível seguro", além de serem precedidas por medidas de "ajuste interno." A isto se soma também, antes da renegociação, a apuração de responsabilidades nas fraudes apuradas em diferentes comissões parlamentares de inquérito que funcionaram no Congresso Nacional.

O relatório final anexa o relatório parcial, elaborado pelo ex-relator Severo Gomes, que recomendava a suspensão de contratos para que o Supremo Tribunal Federal deliberasse sobre a sua constitucionalidade, aqui incluídos especialmente os firmados com o aval do FMI e do Citybank. O senador renunciou depois de discordar da proposta do deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), de incluir neste caso todos os contratos. Apesar de propor suspensão do pagamento da dívida, Salomão está convencido de que a saída para o impasse está num entendimento com os credores, "através de propostas concretas de negociação do débito."

Esta formulação é um recado direto ao candidato do PRN à Presidência da República, que vem defendendo a retirada do aval do Tesouro à dívida. "Formulações demagógicas, sem viabilidade prática ou amparo teórico, como algumas apresentadas no decorrer do atual debate eleitoral, de retirada milagreira da garantia dada pelo Estado a empréstimos contraidos nesses anos de desgoverno, em nada contribuem" — afirma o deputado do PDT.

Em seu relatório, faz uma radiografia da dívida externa, mostrando que dos US\$ 102 bilhões devidos até 31 de dezembro de 1988, US\$ 90 bilhões compõem a dívida do setor público e apenas US\$ 12 bilhões a dívida do setor privado. O Banco Central é o maior devedor externo, com US\$ 38 bilhões. Do total da dívida, 61% são de operações com aval do Tesouro Nacional e 39% não têm este tipo de garantia, mas como são de responsabilidade de órgãos da administração direta federal e estadual, dependem do Tesouro para serem pagos.

Negociatas — O relator, a partir dos numerosos depoimentos tomados pela comissão, conclui que o Brasil sofre perdas e evasões em valores iguais ao da dívida. Para começar, o efeito da elevação das taxas de juros americanas, a partir de 1979, provocaram um acréscimo acumulado do montante do débito, entre 1980 e 1988, de US\$ 62 bilhões em valores nominais ou US\$ 34 bilhões em valores reais. O relator fixa uma média de US\$ 48 bilhões neste tipo de perda. Em perdas comerciais acumuladas o Brasil somou US\$ 27 bilhões por causa do aumento de preços de importações e da queda de preços das exportações.

— A compra de equipamentos para a usina hidrelétrica de Xingó e para a usina Nova Anhandava (para as quais a Cesp comprou turbinas sem ter fios para colocá-las), a fraude na importação de trigo dos Estados Unidos, a compra de equipamentos hospitalares, o caso Central Sul, a importação de alimentos durante o Plano Cruzado e outros, implicaram em grandes perdas de divisas internacionais — acusa Salomão.

Estatais — O relatório exime de culpa e preserva as empresas estatais. "Com a desvalorização cambial de 1979, o setor privado se retraiu e elas foram incentivadas a tomar dólares no exterior para fechar o balanço de pagamentos. Sua carga financeira cresceu de 15% à época para 70% hoje. Com a elevação das taxas de inflação, o governo seguiu seus preços, ficando em US\$ 30 bilhões a estimativa dos subsídios transferidos do setor público para o setor privado."

A ligação estreita entre a dívida externa e a dívida interna é analisada no relatório, tendo como questão essencial o papel desempenhado pelo Banco Central, cuja dívida externa é toda formada pela não-remessa para o exterior dos pagamentos que lhe eram feitos por devedores, em cruzados.

Simultaneamente, o Banco Central aplicou os cruzados recebidos na compra de títulos do Tesouro Nacional, tornando-se o maior credor da dívida pública interna. "O BC converteu-se em devedor dos credores externos, estatizando a dívida em moeda estrangeira, e credor da maior parte da dívida do Tesouro Nacional, com gordos lucros para os tomadores originais dos títulos públicos" — critica o relator.